



O FILO-HELENISMO DA BILDUNG ALEMÃ E A INVENÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA COMO “BERÇO DO OCIDENTE”

The Philo-Hellenism of the German Bildung and the Invention of Ancient Greece as
The “Cradle of the West”

Dominique Vieira Coelho dos Santos^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0265-2921>

E-mail: dvc santos@furb.br

Graziela Vansuita^a

E-mail: graziela.vansuita@furb.br

^a Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil/Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, SC, Brasil.

^a Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

RESUMO

Partindo de uma revisão historiográfica com ênfase na história dos conceitos, o objetivo do artigo é explorar a construção histórica da concepção de que a Grécia Antiga se constitui como precursora da "cultura ocidental". Para tanto, perpassa-se alguns processos históricos fundamentais para a consolidação de tal ideia, como o filo-helenismo e os estudos da antiguidade grega impulsionados por Johann Joachim Winckelmann no mundo de língua alemã; o desenvolvimento do romantismo alemão, entrelaçado à formulação de uma identidade cultural germânica frente às invasões napoleônicas à Prússia, que se apoiou sobre a idealização da cultura grega; a reforma do sistema educacional prussiano promovida por Wilhelm von Humboldt, fundamentada em uma concepção humanista que valorizava especialmente os estudos helênicos; o desenvolvimento da linguística histórico-comparativa; a ampliação dos estudos sobre as línguas indo-europeias; e o modelo ariano de interpretação da Grécia Antiga. Como resultado, compreendemos que a grande valorização atribuída à antiguidade grega foi concebida em língua alemã por volta do período do romantismo alemão e do surgimento da Universidade de Berlim, em 1810, mas a ideia foi ampliada para outros lugares da Europa e, não só a Grécia Antiga, mas a História Antiga no geral, passou a ser utilizada como sustentáculo da ideia de "cultura ocidental", que teria origem nessa suposta herança cultural grega.

PALAVRAS-CHAVES

Filo-helenismo. Grécia Antiga. Ocidente.

ABSTRACT

Using critical-comprehensive-hermeneutic and conceptual history as a methodological tools, the aim of the article is to explore the historical construction of the conception that Ancient Greece was the forerunner of "western civilization". To do so, we go through some fundamental historical processes for the consolidation of such an idea, such as philo-Hellenism and the studies of Greek antiquity promoted by Johann Joachim Winckelmann in the German-speaking world; the development of German romanticism and its relationship with the need to formulate a Germanic cultural identity in the face of the Napoleonic invasions of Prussia, which was based on the idealization of Greek culture; the reform of the Prussian educational system promoted by Wilhelm von Humboldt, based on a humanist conception that especially valued Hellenic studies; and the development of comparative historical linguistics and the 'discovery' of the Indo-European language family. As a result, we understand that if we want to advance a decolonial critique of Ancient History and our historiographic literacy on the issue, it is first necessary to think more carefully about these ideas. It was possible to conclude, then, that the importance we attribute to Ancient Greece was conceived in the German language around the period of the emergence of the University of Berlin, in 1810, considering the historical processes we have listed, however the idea was extended to other places in Europe and not only Ancient Greece, but Ancient History in general, came to be used as a support for the idea of "Western civilization", which would have its origin in this supposed 'Greek cultural heritage'.

KEYWORDS

Philo-Hellenism. Ancient Greece. West.

Uma das acepções do conceito de Ocidente diz respeito à divisão geofísica do globo terrestre em Ocidente e Oriente, a qual é demarcada pelo Meridiano de Greenwich. Trata-se, porém, de um conceito complexo, não necessariamente utilizado em referência à porção oeste do globo, mas como indicador de uma classificação sociocultural do mundo, a partir da qual nações são definidas como ocidentais ou não-ocidentais.

Embora não haja um consenso sobre quais nações compõem o “Ocidente”, primariamente o conceito é mobilizado para indicar a parte oeste do continente europeu – cujos representantes máximos seriam os ingleses, franceses, alemães – e os Estados Unidos, que após se tornarem a maior potência político-econômica global passaram a ser vistos como uma espécie de continuadores do “legado civilizacional” europeu. Desse modo, as nações tomadas como “ocidentais” seriam aquelas localizadas na porção oeste da Europa e aquelas concebidas como portadoras da cultura dessa região, incluindo, em alguns casos, ex-colônias europeias.

A depender da perspectiva teórica, países latino-americanos e demais vítimas dos processos de colonização são admitidos a integrar o Ocidente, mas frequentemente não o são, pela razão de serem considerados por demais miscigenados com povos “não-ocidentais”, ou seja, não europeus. Ainda assim, parcela significativa da população brasileira identifica-se como parte da suposta “civilização ocidental”, julgando que os colonizadores europeus teriam trazido para o atual território brasileiro um legado histórico-cultural “ocidental” que teria suplantado e predominado sobre as culturas originárias e afrodescendentes do Brasil.

O legado ocidental ao qual nos referimos é, sobretudo, compreendido como fruto da “assimilação” pela Europa Ocidental da chamada cultura greco-romana e do cristianismo, sendo os gregos fixados como os precursores do “Ocidente” – aqueles que teriam fundamentado as bases políticas, artísticas, educacionais, filosóficas e científicas sobre as quais se ergueria a cultura ocidental (Hall, 2001). Nesse sentido, podemos compreender “Ocidente” a partir do que Norberto Luís Guarinello (2010) denominou como “formas da História”. Assim, não se trata de um conceito exclusivamente geográfico ou apenas geopolítico, como muitas vezes costuma aparecer, mas que tem também camadas econômicas, filosóficas, culturais, religiosas, narrativas, dentre outras.

Como alguns autores têm explicado recentemente, na Universidade de Chicago a disciplina de “cultura ocidental” foi extinta e, na de Stanford, também nos Estados Unidos, a necessidade de estudar Grécia ou Roma se tornou algo que precisa ser cada vez mais socialmente justificável. Na Inglaterra, a compreensão de que a Britânia era um local diverso na época em que era uma colônia romana tem gerado constantes debates, como os que vimos entre Mary Beard e seus detratores de extrema-direita. O fato do ex primeiro-ministro inglês aparecer na BBC recitando fragmentos da Ilíada em grego mostra a relação que a ideia de clássicos e a britanicidade possui no Reino Unido, como tem sido apontado pela historiografia (Santos, 2023). É o que tem afirmado também Dan-el Padilla Peralta, para quem os estudos clássicos têm sido instrumento da branquitude e de sua dominação, já que nenhuma outra disciplina existente na academia tem exercido um papel melhor do que o estudo das culturas gregas e romanas para impedir a participação de pessoas negras nas universidades dos Estados Unidos (Poser, 2021). Foi por conta do debate sobre essas questões, todavia, objetivando defender essa tal “cultura ocidental”, sua suposta superioridade e relevância, que Victor Davis Hanson e John Health escreveram perguntando ironicamente “quem matou Homero?”, enquanto Hanson, em particular, esteve interessado em explicar o porquê o Ocidente venceu, o mesmo autor que escreveu *The Case for Trump* (Hanson, 2002, 2019). Ou seja, se há um “Ocidente”, pelo menos

enquanto ideia, ainda que uma fantasmagoria cada vez mais opaca, ele parece ter sido gestado à luz do Evangelho de Homero, conforme o debate de Rafael Silva (2022).

A ideia de que a antiguidade greco-romana fosse, então, uma espécie de "berço" deste "Ocidente", por ser o lugar de nascimento de características consideradas importantes para uma suposta "civilização ocidental", o que funcionaria como impulsionadora das histórias gerais, mundiais, da civilização ou mesmo das histórias universais mais contemporâneas, nada mais seria do que aquilo que a historiografia recente, acertadamente, tem denominado como "eurocentrismo morfológico" (Morales; Silva, 2020).

O interessante é que foi o próprio historicismo alemão que, garantidor do olhar para a univocidade de cada história, permitiu os primeiros passos em direção à provincialização da Europa enquanto figura imaginada (Chakrabarty, 2000). Afinal, como Stefan Rebenich ressalta, Boeckh e Droysen continuaram o caminho de Heyne, Wolf e Humboldt, e colaboraram para que a idealização da Grécia se tornasse uma parte permanente do nacionalismo alemão, algo que já foi denominado como 'tirania da Grécia sobre a Alemanha', mas, ao fim, o que descobriram foi o fato de que o mundo antigo era somente uma época entre outras (Rebenich, 2011, p. 128; 136). Ou seja, trata-se do "caminho imanente" sugerido pela grega Alexandra Lianeri, segundo quem, diante da impossibilidade de metanarrativas, por não haver uma linguagem homogênea que conseguisse explicar a história de toda a Europa, seria impossível a ideia de "Ocidente" e "Europa" ligados a uma gênese fundacional greco-romana. Tanto a Grécia quanto Roma não são origem de nada e muito menos protótipo da história humana (Lianeri, 2011).

Diante disso, busca-se apresentar um panorama de como foi construída a noção teleológica de uma "cultura ocidental" gestada na Antiguidade, principalmente a helênica, percorrendo temas como o romantismo alemão, a reforma educacional prussiana promovida por Wilhelm von Humboldt, a criação da Universidade de Berlim, o desenvolvimento dos estudos da família linguística indo-europeia e o modelo ariano de interpretação da Grécia Antiga, conforme denominou Martin Bernal (2005), analisando as inconsistências dessa narrativa de modo a contribuir para o rompimento da ideia de superioridade do "Ocidente", um constructo propagandístico e ideológico que a Europa concebeu para narrar sua própria história e que precisa, portanto, ser problematizado.

OS ESTUDOS CLÁSSICOS E A EMERGÊNCIA DA GRÉCIA ANTIGA EM SOLO GERMÂNICO

O estudo da Antiguidade, aqui especificamente os passados grego e romano, existe desde a própria Antiguidade. Os antigos gregos e romanos já realizavam tal prática, que nunca cessou, mas, ao contrário, apesar de algumas rupturas e dissonâncias, características comuns aos processos históricos no geral, desenvolveu-se em um *continuum*, como sugere Eleftheria Pappa (2020). Isso significa que, embora ainda se perpetue no imaginário social a visão de que o período medieval constituiu um tempo de decadência intelectual e de abandono dos estudos clássicos, a historiografia contemporânea especializada no período contesta a tese da "recuperação dos antigos" apenas pelos "renascentistas", pois os sujeitos "medievais" nunca deixaram de estudar os antigos.

A visão acerca do medievo como uma "idade das trevas" é tributária principalmente do Renascimento, tradicionalmente descrito como um movimento de "redescobrimento" da cultura clássica iniciado pelos humanistas italianos dos séculos XIV e XV e posteriormente difundido para outras partes da Europa. Ocorre que o Renascimento, assim como a ideia de "Ocidente", também é uma concepção um tanto quanto propagandística, desenvolvida

pelos próprios humanistas com o propósito de promover uma imagem de recuperadores do “brilhantismo” dos antigos, que estariam esquecidos nas gavetas do passado (Queiroz, 1995). Assim, o conceito de renascimento está ligado à ideia de recuperação da cultura clássica. O problema é que se adotarmos tal perspectiva, ou seja, que “recuperar a cultura antiga”, “fazê-la renascer” torna alguém ou algum grupo um “renascentista”, seria possível compreender que ocorreram diversos renascimentos ao longo da História, não apenas um, já que, como defendemos, desde a própria Antiguidade e passando por todo o período considerado Medieval, diversos grupos e indivíduos recorreram à Antiguidade, ressignificando-a para criar orientação e sentido em suas próprias épocas. Alguns exemplos seriam o “renascimento alfrediano”, o “renascimento carolíngio”, o “renascimento otônida”, o “renascimento abássida” e assim por diante (Queiroz, 1995).

O estudo dos clássicos, portanto, nunca foi abandonado durante o período medieval. O que houve, de fato, foi uma maior circulação de manuscritos antigos pela Europa, especialmente a partir de 1453 – ano da tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos –, quando estes passaram a comercializar tais materiais com a Europa e muitos filólogos gregos se exilararam na Itália (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Mas, apesar do permanente estudo da Antiguidade, até o século XVIII o foco principal dos estudos clássicos era a antiguidade romana e o latim (Kuhlmann; Schneider, 2014). Os pensadores europeus modernos e do medievo se viam muito mais como sucessores de um legado de Roma do que da Hélade, tanto que Stefan Rebenich (2011) afirma que a *Querelle des Anciens et des Modernes*, na França do século XVII – compreendida como uma disputa pela superioridade dos autores antigos sobre os modernos ou dos modernos sobre os antigos –, transmitiu uma imagem amplamente romano-cêntrica da Antiguidade. O enfoque passou a ser transferido para os gregos somente a partir da segunda metade do Setecentos, no mundo de língua alemã, suscitando um sentimento de admiração e idealização da cultura helênica por autores germânicos, o que podemos denominar de filo-helenismo alemão (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Johann Joachim Winckelmann (1717-1768), nascido em Stendal, atual Alemanha, costuma ser apontado como o precursor do filo-helenismo alemão, além de ser-lhe comumente atribuído o título de fundador da História da Arte. O intelectual dedicou-se, sobretudo, ao estudo da arte grega, tendo publicado livros que bem evidenciam o teor de seu trabalho, como *Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst* (Reflexões sobre a imitação de obras gregas na pintura e na escultura), de 1755, e *Geschichte der Kunst des Alterthums* (História da Arte Antiga), de 1764. Conforme a historiografia tem destacado, Winckleman pode ser visto “como o desbravador da grecidade para o pensamento alemão e, extrapolando a Alemanha, como o afirmador do conceito de clássico voltado para a arte e cultura gregas e não mais, como ocorreu até então, firmado sobre Roma” [...] (Rodrigues, 2007, p. 99).

De tal modo, em solo germânico, Winckelmann teve o papel de centrar o olhar dos estudos clássicos sobre os gregos e de cultivar uma profunda admiração pela Hélade. O historiador via o homem grego como o ideal a ser seguido pela humanidade, considerando que a beleza das artes só seria possível se assentada sobre o ideal de beleza destes (Guimarães, 2018).

O ROMANTISMO ALEMÃO

A nostalgia pela Grécia impulsionada por Winckelmann repercutiria, na virada do século XVIII para o século XIX, em um movimento artístico e filosófico que está no cerne da construção da identidade nacional germânica, o romantismo alemão. Esse movimento

pode ser caracterizado por certa recusa ao racionalismo iluminista (à crença de que a humanidade poderia atingir o progresso universal por meio da razão) e ao regramento estilístico do classicismo, que previa o cumprimento de normas e preceitos específicos para o fazer artístico, calcado no modelo antigo (Rosenfeld; Guinsburg, 1985), embora a antipatia em relação à tradição clássica não dissesse respeito a valorização do referencial estético clássico (que foi um dos pilares do movimento romântico), mas à valorização de elementos considerados limitadores à liberdade e imaginação artísticas, pois enquanto o classicismo prezava por equilíbrio, ordem, harmonia, objetividade, proporção, serenidade e disciplina, os românticos exaltavam: o sentimentalismo, a individualidade, particularidade (aquilo que é particular de um indivíduo para outro, de uma nação para outra), a inspiração, espontaneidade (como expressão da alma do artista), o passado como tempo de unidade harmônica e a natureza como um organismo vivo (Rosenfeld; Guinsburg, 1985).

Alguns dos expoentes do romantismo de matriz germânica foram Johann Wolfgang von Goethe, Friedrich Schiller, Georg Philipp Friedrich Freiherr von Hardenberg (Novalis), Gotthold Ephraim Lessing, Johann Gottlieb Fichte, August Wilhelm Schlegel, Friedrich Schlegel, Ludwig Tieck e Johann Gottfried von Herder, que podem ser entendidos como continuadores do projeto de arte germânica iniciado por Winckelmann, marcado pela valorização do exemplo antigo – embora, cabe mencionar, o que se “advogava não era a cópia das obras de arte gregas, mas a reprodução do procedimento dos antigos para apresentar a beleza” (Guimarães, 2018, p. 77). Tamanha era a apreciação dos gregos antigos, que August Schlegel considerou que “na arte e poesia gregas manifesta-se a unidade original inconsciente de forma e conteúdo” (Rosenfeld; Guinsburg, 1985, p. 273).

Historicamente, o movimento romântico surgiu em um contexto de oposição à Revolução Francesa e ao Iluminismo, quando a França avançava pela Europa Ocidental com seus ideais revolucionários. Conforme aponta Nicolau Netto (2014), de início, a Revolução foi abraçada pelos intelectuais alemães, mas à medida que avançava sobre os territórios germânicos, estes passaram a condená-la e a se afastar de seus antigos mestres do Iluminismo, criando um profundo sentimento antifrancês. O momento mais crítico dessa tensão foi a invasão dos exércitos napoleônicos à Alemanha em 1806, resultando em uma ocupação que findou em 1815. Tais circunstâncias políticas despertaram o anseio pela afirmação de uma consciência nacional germânica que opusesse e distinguisse os alemães dos franceses, impulsionando o nacionalismo cultural alemão, do qual o romantismo foi um grande propulsor.

Logo, podemos dizer que houve uma reação crítica em língua alemã à Revolução Francesa. Ainda assim, é possível considerar que as formulações filosóficas e historiográficas de língua alemã partiram de questionamentos projetados em língua francesa, assim como os de língua inglesa, mas com uma forte problematização e até mesmo rejeição a eles, embora isso não tenha ocorrido desde o início nem tenha sido inteiramente realizável na prática, por mais que tenha sido um objetivo teórico. Ou seja, Ulrich Muhlack está correto em afirmar que “de fato, ao invés de Iluminismo e Historicismo, seria mais apropriado se referir aos processos de racionalização e historicização” (Muhlack, 2013, p. 249), não apenas porque esses termos foram cunhados posteriormente, já que inexistiam no período abordado, mas também porque “não ocorreram em um *vacuum*, mas em uma situação histórica particular” (Muhlack, 2013, p. 297). Com isso, essas reações alemãs também apresentariam continuidades com os temas desenvolvidos na França, não apenas rupturas. Apesar disso, mesmo onde aparentemente há uma continuidade, a leitura alemã optou por um viés cultural, e não político. De tal forma, como reconhece o próprio Muhlack, o historicismo, por exemplo, teria se originado a partir de “intelectuais que mantiveram certa distância do estado e da política e tinham uma tendência a abordar os problemas políticos como problemas culturais” (Muhlack, 2013, p. 298). Por isso, o

nacionalismo é um tema central para o romantismo alemão e, apesar do diálogo crítico com os ideais franceses, há uma tentativa tanto de sua completa superação – ainda que isso não se concretize na prática – quanto da consolidação de uma estética filosófica mais cultural (ligada à *bildung*) do que política, nos sentidos atrelados à Revolução francesa.

O nacionalismo pode ser compreendido como "a crença de que a nação é o princípio central da organização política" (Heywood, 2010, p. 149), sendo a nação um conjunto de pessoas unidas por elementos culturais em comum, como língua, história, valores e tradições (Heywood, 2010). Entretanto, ao tratar do nacionalismo alemão entre o final século XVIII e a primeira metade do século XIX, há uma especificidade quanto à categoria política, pois antes de 1871, ano em que ocorre a denominada Unificação Alemã, a Alemanha ainda não existia como Estado-nação, mas consistia em diversos reinos e principados com alguma identificação cultural entre si, dentre os quais o mais influente era o reino da Prússia. Logo, o nacionalismo que se desenvolveu no período não visava à unificação das unidades políticas em torno de um único Estado, e sim à afirmação da nação germânica como uma cultura única, original, independentemente de sua situação jurídico-territorial (Oliveira, 2022). Em vista disso, denomina-se o fenômeno que ocorreu em terras germânicas de nacionalismo cultural.

A estima pela concepção de individualidade no romantismo, em detrimento das ideias universalistas do iluminismo, relaciona-se à emergência do conceito de nação como uma entidade que distingue a humanidade em diferentes grupos de acordo com suas especificidades – noção que foi fundamental para a percepção da singularidade do povo alemão – e à emergência do historicismo, que gradativamente se afasta das ideias teleológicas de história universal, de modo a enfatizar que cada nação vivencia experiências históricas distintas que lhe conferem suas particularidades (Oliveira, 2022).

Essa movimentação conduziu à afirmação de elementos culturais próprios da nação germânica, a comerçar pela língua. Considerando que a nação é uma espécie de comunidade imaginada, como no sentido proposto por Benedict Anderson (2008), e que "nação" e "nacionalismo" são constructos que andam de mãos dadas, como apontou Eric Hobsbawm (2012), sabemos que a consolidação da identidade cultural de um povo requer a identificação com um passado coletivo comum. Assim, os germânicos também procuraram conformar uma narrativa sobre seu passado que lhes fosse própria e que lhes conferisse singularidade em relação às demais nações. Esse foi o projeto histórico, filosófico, cultural e estético desenvolvido nas universidades alemãs, primeiro em Göttingen, que desempenhou papel fundamental no fomento do romantismo alemão, mas, sobretudo na Universidade de Berlim (Muhlack, 2013). Como o legado cultural e material de Roma já fora pleiteado e apropriado pela França e pela Itália e o Sacro Império Romano-Germânico fora dissolvido pela ocupação de Napoleão à Prússia, os alemães, especialmente os artistas românticos, definiram que sua herança cultural era a grega (Hering, 2006). Dessa forma, percorreram o caminho de retorno à Grécia proposto por Winckelmann, que seria capaz de fornecer o alicerce para a construção da nação germânica (Guimarães, 2018). Por conseguinte, uma onda de aversão a tudo que dizia respeito à França e, consequentemente, à Roma, se espalhava, e logo a cultura romana foi desqualificada como imitativa e os gregos tomados como os gênios originais, os quais teriam sido subjugados e imitados por Roma (Kuhlmann; Schneider, 2014).

Sendo assim, o romantismo alemão se insere como movimento artístico de afirmação de uma arte própria à Alemanha, assentada sobre o ideal clássico helênico, que se relaciona com o delineamento de uma identidade germânica também própria. Isto posto, é interessante relembrar o título do livro escrito por Eliza Marian Butler, em 1935: *The Tyranny of Greece Over Germany: A Study of the Influence Exercised by Greek Art and Poetry Over the Great German Writers of the Eighteenth, Nineteenth and Twentieth*

Centuries (A Tirania da Grécia Sobre a Alemanha: Um Estudo da Influência Exercida pela Arte e Poesia Gregas Sobre os Grandes Escritores Alemães dos Séculos XVIII, XIX e XX), o qual sugere que a idealização da Grécia Antiga era tamanha que se tornou uma espécie de opressão sobre os intelectuais alemães.

WILHELM VON HUMBOLDT E A REFORMA EDUCACIONAL

Além dos artistas românticos, outro nome de destaque em meio ao romantismo e ao discurso cultural-nacionalista é Wilhelm von Humboldt, filósofo, linguista, historiador e diplomata prussiano nascido em 1767.

Humboldt foi um importante funcionário de Estado e ocupou diversos cargos políticos ao longo de sua vida, dentre os quais o de chefe do Departamento de Educação Pública e Assuntos Culturais do Ministério do Interior da Prússia, entre 1809 e 1810. Nesse posto, foi responsável pela reforma do sistema educacional prussiano – concebido conforme os ideais românticos – e pela criação, juntamente com seu irmão, Alexander von Humboldt, da Universidade de Berlim (atualmente, Universidade Humboldt de Berlim, em homenagem aos seus fundadores), cujo primeiro reitor foi o já mencionado Johann Gottlieb Fichte, fato este que expressa sua proximidade com o movimento romântico.

O programa educacional proposto por Humboldt fundamentava-se em uma concepção humanista que valorizava, sobretudo, a antiguidade clássica grega, a filologia e o estudo de línguas (Hering, 2006), em articulação com a ideia de *bildung*, um conceito alemão que não tem tradução exata, mas, a depender do contexto, pode significar educação, desenvolvimento, cultura ou formação, denotando o desenvolvimento não apenas das faculdades inherentemente humanas, mas de potenciais individuais, que são únicos para cada pessoa, podendo, por isso, também significar autorrealização (Beiser, 2003). Nesse sentido, a antiguidade clássica, especialmente grega, desempenharia um papel crucial para a formação do povo alemão, isto é, da sua *bildung*.

A idealização da cultura helênica, bem como o uso da Grécia Antiga para fundamentar um programa educacional com vistas ao desenvolvimento das potencialidades da nação e do sentimento nacional germânico, muito se assentou também sobre as contribuições de Friedrich August Wolf, organizador da proposta de sistematização dos estudos clássicos sob a denominação de *Altertumswissenschaft* (Ciência da Antiguidade), crucial para a consolidação desse campo de estudos (Wilamowitz-Moellendorff, 2023).

Wilhelm von Humboldt argumentava que além dos gregos antigos representarem um ideal a ser seguido pelos alemães, ambos os povos dispunham de uma proximidade cultural que não poderia ser visualizada em outras nações, pois os alemães teriam sido os primeiros a compreenderem a educação grega em sua integralidade (Rebenich, 2011).

Tal discurso de proximidade cultural contribuiria para o delinear da ideia de que a Alemanha seria a sucessora legítima da antiga Hélade e a mais apta a reclamar seu legado, o que se relaciona diretamente com os eventos políticos que acometiam a Prússia. Humboldt compreendia que, embora a Alemanha tivesse sucumbido militarmente à França, estaria, em termos culturais, à frente daquela, pois, sendo a portadora do legado dos “originais gênios” da humanidade, constituiria uma nação cultural que, a exemplo de sua antecessora, poderia ser derrotada militarmente por “bárbaros subjugadores”, mas não poderia ser superada culturalmente por estes (Rebenich, 2011).

O DESENVOLVIMENTO DA LINGUÍSTICA HISTÓRICO-COMPARATIVA E O MODELO ARIANO DE CONCEBER A GRÉCIA ANTIGA

Ao longo do século XIX, a ideia perpetrada por intelectuais germânicos de que os verdadeiros criadores da cultura clássica seriam os gregos – e que Roma seria uma mera imitadora –, começou a ressoar em outros lugares, difundindo-se logo a concepção de que os europeus em geral seriam herdeiros da cultura helênica. Ocorre que até o momento discutido, em torno do primeiro romantismo alemão e da reforma educacional promovida por Humboldt, a noção de conexão entre gregos e alemães (ou europeus) era apenas cultural, mas com o advento da linguística histórico-comparativa começaram a surgir formulações teóricas de parentesco entre gregos antigos e europeus modernos, o que contribuiu para a consolidação da narrativa de que a Grécia seria o berço da “cultura ocidental” e daí que Martin Bernal (2002) denominou de modelo “ariano” de interpretação da Grécia Antiga.

A linguística histórico-comparativa é um ramo da linguística que se fundamenta na aplicação de um método de comparação de línguas que apresentam formas semelhantes, tendo se desenvolvido sobretudo a partir do século XIX, quando se intensificaram os estudos comparativos do sânscrito (língua das antigas escrituras religiosas indianas) com as línguas europeias, o que permitiu supor que as semelhanças linguísticas entre ambas representassem relações de parentesco entre seus falantes. Essa vertente recebeu grandes contribuições do linguista alemão Franz Bopp, entretanto, o estudo comparativo dessas línguas já era desenvolvido pelo menos desde o século XVI por missionários ou mercadores que passavam pela Índia, os quais identificaram semelhanças entre o sânscrito e outras línguas, principalmente o latim (Rocher, 2000).

Esses estudos, contudo, se fortalecem especialmente a partir do imperialismo britânico na Índia, momento em que ganha destaque o nome de William Jones. Poeta, jurista, e classicista inglês, Jones fora nomeado, em 1783, juiz do Supremo Tribunal de Bengala. Na época, já conhecia o árabe, hebraico e persa (Said, 2007), mas, a partir de seu novo posto profissional, passou a estudar a língua sânscrita, o que o levou a identificar similaridades entre esta, o grego e o latim (além do persa), e a concluir que as três teriam origem em uma língua ancestral comum (Poliakov, 1974). Em 1788, divulgou esta hipótese por meio de um discurso na Sociedade Asiática de Bengala, o qual costuma ser apontado como marco dos estudos sobre as línguas indo-europeias – termo cunhado em 1816 por Thomas Young para designar a ascendência comum das línguas europeias e indianas:

A língua sânscrita, qualquer que seja sua antiguidade, é de uma estrutura maravilhosa; mais perfeita que o grego; mais abundante do que o latim, e mais requintadamente refinada do que qualquer uma delas, mas tendo com ambas uma afinidade mais forte, tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas da gramática, do que poderia ter sido produzido por acidente; tão forte, de fato, que nenhum filósofo poderia examiná-las todas as três sem acreditar que elas surgiram de alguma fonte comum que, talvez, não exista mais: há uma razão semelhante, embora não tão forte, para supor que tanto o gótico quanto o celta, embora misturados com um idioma muito diferente, tiveram a mesma origem com o sânscrito (Poliakov, 1974, p. 190).

Poliakov (1974) aponta que Friedrich Schlegel foi um dos primeiros a estudar detalhadamente a estrutura do sânscrito em comparação com o latim e foi o responsável por introduzir o termo *ariano* nos estudos linguísticos como sinônimo de *indo-europeu*. A palavra provém do sânscrito *arya* ou do persa *ariya*, cujo sentido seria *nobre* – por isso, o

termo *ariano* já era conhecido e utilizado por autores europeus para designar os persas e os medos (Poliakov, 1974). A partir de Schlegel, contudo, as línguas indo-europeias também passaram a ser referidas como línguas arianas, bem como os falantes de tais línguas poderiam ser chamados de arianos. Os autores alemães, entretanto, preferiam utilizar o termo *indo-germânico*, que fora cunhado por Julius von Klaproth, em 1823 (Poliakov, 1974).

A constatação de similaridade entre línguas europeias e asiáticas permitiu supor que em um passado remoto haveria um povo ancestral falante de uma língua protoindo-europeia, o qual teria se espalhado por diversas áreas da Europa e da Ásia, resultando em diferentes povos com línguas aparentadas, ou seja, as línguas indo-europeias.

Ocorre que, a ideia de os europeus partilharem uma origem étnica comum com povos do Oriente, de forma geral, não encontrou boa receptividade na Europa, principalmente entre os britânicos, que ocupavam a Índia. Nesse contexto, começaram a ser formuladas teses de que o suposto povo original falante de uma língua protoindo-europeia teria surgido no continente europeu e depois se espalhado pela Ásia – onde teria se mesclado com os habitantes locais –, e seria essencialmente branco, caucasiano (Bernal, 2002). Assim, gradativamente o termo ariano passou a ser associado a um grupo humano de cor branca, que, por esse motivo, estaria mais próximo dos europeus modernos do que de outros grupos étnicos asiáticos. Essa ideia, levada ao extremo, seria posteriormente um dos pilares das teorias raciais nazistas e do projeto eugenista de cultivo de uma “raça” “pura” ariana. Não por acaso Adolf Hitler disse em um de seus discursos que “quando nos perguntarem sobre nossos ancestrais, sempre devemos apontar para os gregos” (Hitler et al., 2000, p. 225).

Em articulação com essa mobilização para compreender as línguas indo-europeias, Bernal (2002) chama a atenção para o desenvolvimento de um modelo interpretativo sobre a Grécia Antiga que ele denomina de modelo ariano, em contraposição ao modelo antigo, que, segundo o historiador, havia predominado até o século XVIII. Para Bernal, em grande parte, essa transição pôde se formalizar em meio acadêmico devido aos esforços de Karl Otfried Müller (1797-1840), filólogo e historiador germânico que muito contribuiu para a estruturação da narrativa da Grécia Antiga como um berço do “Ocidente” e da autonomia cultural dos gregos em relação a outros povos, enfatizando uma origem indo-europeia (Bernal, 2002).

O modelo ariano comprehende que a cultura grega teria se desenvolvido apenas a partir da chegada aos territórios helênicos de povos caucasianos oriundos do Norte, falantes de uma língua indo-europeia, que teriam suplantado os antigos habitantes de origem semita. Nesse modelo, que teria ganho maior propulsão a partir das décadas de 1830 e 1840 (Bernal, 2005), os invasores do Norte (geralmente apontados como os dórios) foram tidos como os verdadeiros responsáveis pelo brilhantismo da cultura grega clássica, enquanto o modelo antigo admitia intercâmbios étnicos e culturais entre gregos e não-gregos, dos quais, atualmente, há muitas evidências arqueológicas e textuais.

Embora não seja o intento trazer aqui uma abordagem sobre as principais discussões em torno dos estudos sobre as línguas indo-europeias na atualidade, convém mencionar que a existência de um suposto povo protoindo-europeu é incerta, da mesma forma que não são consensuais as hipóteses sobre seu local de “origem”, nem mesmo suas características fenotípicas e genotípicas. Além disso, a semelhança entre línguas não indica necessariamente parentesco genético entre seus falantes.

O modelo ariano, portanto, configurou uma tentativa de consolidação do ideal de uma “raça branca” e de negação de influências estrangeiras – orientais e africanas – sobre a cultura grega clássica, constituindo uma forma de legitimação do imperialismo e do discurso civilizatório, considerando que as potências europeias, a fim de justificar suas

ações imperialistas, produziam afirmações de que, como representantes de uma “civilização” superior, estariam levando o progresso aos territórios invadidos. E corroborando essa visão, estava a narrativa de que os europeus seriam herdeiros – genética e culturalmente – dos antigos gregos, um povo indo-europeu, caucasiano, motivador único de sua própria grandiosidade. Assim, assentava-se a ideia de uma cultura ocidental, em contraposição à ideia de cultura oriental (Said, 2007), à medida que admitir trocas culturais entre Grécia, Oriente e África seria admitir que povos não-europeus e não-brancos fossem capazes de civilidade e que, inclusive, teriam contribuído à magnificência das realizações gregas. Desse modo, para elaborar o constructo que nos habituamos a denominar de “Ocidente”, a Grécia foi lançada ao posto de impulso criativo e “berço civilizacional”. Ao invés de ser vista pelo que de fato foi, uma periferia do Império Persa, que, por sua vez, era uma periferia dos mundos sino-arianos, passou a adquirir uma centralidade inquestionável, fundamentando a História da Europa e do mundo, quando percebido a partir de uma perspectiva eurocêntrica (Morales; Silva, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível depreender que a concepção de que a Grécia Antiga constitui o ponto de origem da “cultura ocidental”, desenvolvida a partir de uma série de processos históricos, está imbuída de diversos problemas e contradições, começando pela ideia de Ocidente, que, conforme observou Edward Said (2007), só existe em contraposição à ideia de Oriente, e pela noção de que as nações ocidentais seriam herdeiras da Hélade – de um ponto de vista tanto cultural quanto étnico –, na qual está implícita a omissão de conexões interétnicas e interculturais entre gregos e não-gregos e o entendimento, de fundo racista, de que os antigos gregos seriam essencialmente um povo indo-europeu (de origem caucasiana).

A ideia de Ocidente como fruto da antiguidade grega teve contribuição significativa dos intelectuais alemães dos séculos XVIII e XIX, os quais, sob a circunstância de invasão dos territórios germânicos pela França napoleônica, procuraram uma diferenciação dos franceses a partir da construção de uma identidade cultural própria, forjada sob a idealização do passado grego e em oposição ao passado romano, que já havia sido apropriado pelos franceses. Produziram, de tal modo, a narrativa de que os gregos teriam sido os verdadeiros protagonistas da Antiguidade, enquanto os romanos teriam sido meros copiadores. Logo, a ideia chamou a atenção de outras nações, que entraram na disputa pelo legado cultural helênico.

Com o desenvolvimento da linguística histórico-comparativa e dos estudos da família de línguas indo-europeias, além de uma reivindicação de herança cultural, foi reclamada a parentalidade entre gregos antigos e europeus modernos, delineando-se, assim, o modelo ariano de interpretação da Grécia (Bernal, 2005).

Tendo em vista que essas noções são construções narrativas, que podem ser compreendidas historicamente, e que se relacionam com a justificação de ações imperialistas e apresentam inconsistências teóricas – tal como a noção de Ocidente separado do Oriente – devemos empreender esforços para desconstruir tais ideias, que permeiam-se de visões eurocentradas. É preciso realizar o trabalho para provincializar a Europa, lendo a contrapelo as histórias que ela mesmo disseminou pelo mundo. Se conseguirmos efetuar uma leitura assim, que também pode adquirir camadas decoloniais, os estudos “clássicos”, as letras “clássicas” e até mesmo a História Antiga adquirirão novos sentidos e significados e talvez, dialogando com o que sugeriu Walter Benjamin em suas

teses, os mortos possam ter um pouco de paz, já que o inimigo não para de vencer (Benjamin, 1987).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BEISER, Frederick C. *The romantic imperative: the concept of early German romanticism*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin e tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como uma ferramenta para o colonialismo e para a hegemonia europeia. In: FUNARI, Pedro Paulo A. (org.). *Repensando o Mundo Antigo*. 2. ed. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005. p. 13-31.

BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization. Volume I: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985*. Londres: Vintage/Ebury, 2002.

BUTLER, Eliza M. *The Tyranny of Greece Over Germany: a study of the influence exercised by Greek art and poetry over the great German writers of the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1935.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *Politeia - História e Sociedade*, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em:
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3935>. Acesso em: 01 fev. 2024.

GUIMARÃES, Géssica G. A ideia do belo na tradição germânica: debates em torno do Iaocoonte. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 74-94, jun. 2018. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/53865>. Acesso em: 17 jul. 2023.

HALL, Jonathan M. Quem eram os gregos. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 11: 213-225, 2001.

HANSON, Victor D. *Por que o Ocidente venceu: massacre e cultura - da Grécia Antiga ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

HANSON, Victor D. *The Case for Trump*. New York: Basic Books, 2019.

HERING, Fábio A. *Helenismo e imperialismo: a imaginação histórica britânica e a construção moderna da Grécia antiga*. 2006. 164 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação - História, Unicamp, Campinas, 2006.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo - volume 1*. São Paulo: Ática, 2010. 256 p.

CAMERON, Norman et al. *Hitler's Table Talk 1941-1944*. Discurso 113, Noite de 18 para 19 de Janeiro de 1942. New York: Enigma Books, 2000.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth. Classical studies from Petrarch to the 20th century. In: KUHLMANN, Peter; SCHNEIDER, Helmuth (eds.) *Brill's History of Classical Scholarship*. New Pauly. A Biographical Dictionary. Translated and edited by Duncan Smart and Chad M. Schoeder. Leiden – Boston, Brill, 2014. p. XVIII - XLVII.

LIANERI, Alexandra (org.) *The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MORALES, Fábio A.; SILVA, Uiran G. da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, p. 125-150, 2020.

MUHLACK, Ulrich. German enlightenment historiography and the rise of historicism. In: BOURGAULT, S.; SPARLING, R. *A Companion to Enlightenment Historiography*. Leiden/Boston: Brill, 2013.

NETTO, Michel N. O uso da cultura no Romantismo alemão. *Arquivos do CMD*, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 10-32, dez. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/CMD/article/view/7542>. Acesso em: 22 maio 2023.

OLIVEIRA, Flávio dos S. Nação e unidade nacional nos pensamentos de Herder, Fichte e List. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 221-247, abr. 2022. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/779>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PAPPA, Eleftheria. Tropicalismo in classics. Contemporary Brazilian approaches to the value of classical antiquity in research and education. *Journal of Critical Education Policy Studies*, v. 18, n. 2, p. 358-408, 2020.

POLIAKOV, Léon. *The Aryan myth: a history of racist and nationalist ideas in Europe*. Falmer: Sussex University Press, 1974.

POSER, Rachel. He wants to save Classics from Whiteness. Can the field survive? *The New York Times Magazine*, New York, 02 fev. 2021.

QUEIROZ, Tereza A. P. *O Renascimento*. São Paulo: Edusp, 1995.

REBENICH, Stefan. The making of a bourgeois antiquity: Wilhelm von Humboldt and Greek history. In: Lianeri, Alexandra (ed.). *The Western Time of Ancient History: Historiographical Encounters with the Greek and Roman Pasts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 119-137.

ROCHER, Rosane. The Knowledge of Sanskrit in Europe until 1800. In: AUROUX, Sylvain (ed.). *History of the Language Sciences: An International Handbook on the Evolution of the Study of Language from the Beginnings to the Present*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000. V. 2.

RODRIGUES, Luzia G. Friedrich Nietzsche: “ideal clássico” e “ideal romântico” na tradição alemã. *Cadernos Nietzsche*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 93-126, 2007.

ROSENFELD, Anatol; GUINSBURG, Jacó. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SANTOS, Dominique. Eurípedes Simões de Paula: pioneiro na formação da área de História Antiga no Brasil. In: MOERBECK, Guilherme; FRIZZO, Fábio (orgs.) *Pesquisadores da Antiguidade*. Serras: Editora Milfontes, 2023, p. 31-52.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Rafael G. T. da. *O Evangelho de Homero*: por uma outra história dos estudos clássicos. 2022. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, Ulrich von. *História da Filologia*. Araçoiaba da Serra: Mnēma, 2023.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Dominique Vieira Coelho dos Santos: Doutor. Professor de História Antiga e Medieval da FURB - Universidade Regional de Blumenau, SC, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Graziela Vansuita: Graduanda. Bolsista de iniciação científica voluntária na FURB - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Departamento de História e Geografia, Blumenau, SC, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Antônio da Veiga, nº 140, CEP 89030-903, Blumenau, SC, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído do projeto de pesquisa de iniciação científica voluntária “O letramento historiográfico como formação para uma Educação crítica global: a Antiguidade e a invenção da Modernidade”, apresentado à Universidade Regional de Blumenau, em 2023.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados: G. Vansuita, D. V. C. dos Santos.

Revisão e aprovação: D. V. C. dos Santos.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Dominique Vieira Coelho dos Santos e Graziela Vansuíta. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Fábio A. Morales.

HISTÓRICO

Recebido em: 5 de outubro de 2024

Aprovado em: 16 de dezembro de 2024

Como citar: SANTOS, Dominique V. C. dos; VANSUÍTA, Graziela. O filo-helenismo da Bildung alemã e a invenção da Grécia Antiga como "berço do ocidente". *Esboços*, Florianópolis, v. 31, n. 58, p. 583-597, 2024.

